



**NESTA EDIÇÃO**

**MENSAGEM DE ANTÓNIO COSTA**  
P16

**MANIFESTO ELEITORAL**  
P6

**LISTA DE CANDIDATOS**  
P4



**ENTREVISTA  
A PEDRO  
MARQUES**

P2

**O VOTO  
RESPONSÁVEL**  
DAR FORÇA A PORTUGAL



**PS**



**26 DE MAIO VOTA PS** 

**#SOMOS  
EUROPA**  
Europeias 2019



ENTREVISTA DE PEDRO MARQUES

# O NOSSO GRANDE ADVERSÁRIO É A ABSTENÇÃO

**A campanha tem estado marcada por temas nacionais. Porque é que não se discutem mais os temas europeus?**

O facto de a nossa realidade estar tão intimamente ligada à União Europeia torna inevitável que haja sempre alguma associação entre os temas nacionais e os temas europeus. Acresce que o nosso projeto para a Europa é, dizendo-o de forma simples, fazer na Europa o mesmo que o Governo do Partido Socialista realizou em Portugal: governar para as pessoas, gerar crescimento e emprego, reduzir as desigualdades e sempre com as contas certas. Conseguimos, em Portugal, demonstrar que estas políticas eram possíveis, que havia alternativa à austeridade e que era possível conciliar a melhoria da vida das pessoas com o cumprimento dos compromissos internacionais. Mas estes bons resultados, que os portugueses amplamen-

te reconhecem, parecem desagravar à Direita, que diz que está tudo mal e que o país andou para trás. Dedicam-se, portanto, a uma campanha de ataques e maledicência, na esperança de que de tanto o repetirem as pessoas cheguem a acreditar.

Temos tentado elevar o nível do debate político, estamos a fazer uma campanha sobre as questões europeias e a sua relação com o nosso país, e é com tristeza que vemos os protagonistas da Direita a empreenderem uma campanha de falsidades e ataques pessoais, não hesitando em recorrer a tudo por um punhado de votos.

**Acha que esse tipo de campanha prejudica a política?**

Não tenho dúvidas de que afasta as pessoas da participação política e, dessa forma, empobrece a democracia. Mas é importante que as pessoas saibam que não são todos iguais, e que, apesar de toda a sujeira que foi tra-

zida pela Direita para esta campanha, nós temos feito todos os possíveis por discutir os temas europeus e apresentar as nossas propostas para a Europa.

**O nível de abstenção nas eleições europeias tem sido muito elevado. O que é que pode fazer as pessoas ir votar nestas eleições?**

Estão em jogo escolhas determinantes, porventura como nunca sucedeu na História da União Europeia, e acho que isso é cada vez mais claro para as pessoas. Desde logo porque o Brexit tornou evidente que o caminho que a Europa percorreu, de progressiva consolidação da integração europeia, não pode ser dado como adquirido. São hoje muitas as forças que lutam contra a União Europeia e torna-se, por isso, mais necessário do que nunca lutar pelo projeto europeu. Mas é necessário que essa luta pelo projeto europeu se faça por

uma Europa para as pessoas, uma Europa de convergência e coesão social. E esse é o segundo motivo pelo qual é tão importante ir votar. O nosso grande adversário é a abstenção.

**Como pode a Europa alcançar a convergência e a coesão social de que fala?**

Temos de avançar para a implementação efetiva do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, que a Direita quer deixar apenas no campo dos princípios, mas que nós queremos concretizar na prática, nomeadamente com medidas que combatam o trabalho precário e assegurem um contrato de trabalho, uma remuneração justa e proteção social para todos.

**O que distingue as propostas para a Europa do Partido Socialista e do PSD?**

É hoje muito clara a diferença entre o projeto do Partido Socialista para a Europa, com políticas que geram crescimento

e emprego, e a defesa dos direitos sociais; e o projeto de uma Direita que considera os direitos sociais uma utopia e não influenciou o seu grupo político europeu para integrar no seu programa aspetos tão importantes para Portugal como a reforma da zona Euro, essencial para promover o desenvolvimento de países como Portugal e nos proteger de novas crises. São diferenças fundamentais, que representam a escolha entre uma Europa para as pessoas ou uma Europa da austeridade e das sanções. É, aliás, absolutamente incompreensível que a primeira coisa que será feita com os votos no PSD e no CDS nestas eleições seja apoiar Manfred Weber – que exigiu sanções na força máxima contra Portugal – para Presidente da Comissão Europeia. Entre os interesses dos portugueses e a fidelidade à sua família política europeia, a escolha dos partidos da Direita parece ser clara. ■



PS APRESENTOU CANDIDATOS

## QUALIDADE E COMPETÊNCIA PARA REFORÇAR O PESO DE PORTUGAL EM BRUXELAS

Eleger mais socialistas nas próximas eleições europeias é estar a escolher homens e mulheres “que defendem a solução de Governo em Portugal e que têm peso político em Bruxelas”, defendeu o Secretário-geral socialista.

**INTERVINDO** na apresentação, em Lisboa, da lista do PS ao Parlamento Europeu (PE), o líder socialista, depois de traçar o que considerou serem as principais diferenças entre os candidatos apresentados pelo PS e os da direita, não deixando de fora uma apreciação também em relação aos candidatos do BE e do PCP, manifestou especial satisfação pelo facto de o PS não precisar de apresentar os mesmos cabeças de lista “pela terceira vez”, numa clara alusão aos partidos da direita, o que só sucede, como reconheceu António Costa, porque o PS “felizmente tem muitos e bons quadros”.

Outra das boas novidades, como também referiu, tem a ver com o facto de a lista do PS às europeias ser “absolutamente paritária”, garantindo ser esta uma opção política sustentada “por convicção e não por obrigação”, defendendo que o decisivo nestas eleições é que se elejam candidatos para grupos “com peso” no Parlamento Europeu, como será sempre o caso dos eleitos pelo PS, evitando dispersar votos em partidos ou grupos “marginais ou excêntricos” no Parlamento Europeu.

E isto, como justificou o Secretário-geral do PS, porque é essencial e absolutamente necessário que quem for elei-

to para o Parlamento Europeu tenha peso político para ser capaz de influenciar e participar ativamente nas decisões políticas aprovadas não só no PE, como igualmente na própria Comissão Europeia, devendo ainda estar presente também e de forma ativa nas “negociações dos grandes processos legislativos”.

Para António Costa, para que Portugal possa finalmente dispor de uma “nova agenda social” e de uma Europa “mais amiga” do emprego e do crescimento, é determinante ter no Parlamento Europeu “quem possa fazer a diferença” e que lute por estes objetivos. ■ **RUI SOLANO DE ALMEIDA**



No próximo dia 26, vamos eleger os nossos deputados ao Parlamento Europeu. António Costa, na mensagem com que marcou o início da campanha, apela a que partamos “para esta campanha com a responsabilidade, a ambição e a confiança de lutarmos por uma grande vitória que dê força ao PS, a Portugal e à Europa”.

Há muitas razões para partirmos convictos, determinados e confiantes. Somos europeístas, acreditamos que a Europa é a nossa casa comum. Apresentamos uma excelente lista, encabeçada por Pedro Marques, um político competente com provas dadas em diversas funções. Temos um primeiro-ministro que é ouvido e respeitado pelos seus pares, pelo sucesso das políticas adotadas em Portugal e pelas ideias e propostas que defende para a Europa. Até o comissário Carlos Moedas (PSD) reconhece que “António Costa conquistou, por direito próprio a liderança dos socialistas europeus”.

Orgulhamo-nos do contributo que demos, ao longo dos anos, para fortalecer, aperfeiçoar e defender o projeto europeu. Com Mário Soares, aderimos à Comunidade Europeia e, com António Guterres, aderimos à moeda única. Demos e recebemos. Portugal recebeu os fundos comunitários que lhe permitiram desenvolver-se, modernizar-se e criar emprego. Com os apoios financeiros da Europa, construímos estradas, pontes, escolas, hospitais, parques e jardins. Acabámos com as lixeiras, construímos ETAR e estações de tratamento de lixo e melhorámos as redes de saneamento básico e de distribuição de água. Valorizámos a escola pública e o sistema público de saúde. Desde 1987, graças ao programa Erasmus, cerca de 7000 jovens portugueses puderam estudar no estrangeiro. Com o apoio político, consolidámos a democracia que Abril nos devolveu e abrimo-nos ao mundo.

Filipe Gonzalez afirmou recentemente que estamos numa crise de governação da democracia no meio de uma mudança civilizacional. Instabilidade, imprevisibilidade, mudança são apanágio dos tempos que correm. Tudo está a mudar e não é sempre para melhor. As ideologias extremistas conduziram a Europa a duas guerras mundiais. Os atuais partidos nacionalistas e populistas, herdeiros dessas ideologias, encontram terreno fácil nas redes sociais, onde disseminam informações falsas sobre a realidade e atacam os adversários políticos. Putin há muito que recorre à desinformação para influenciar os resultados eleitorais nas democracias ocidentais. Bannon, o estrategista da campanha de Trump, mudou-se para a Europa para ajudar a fortalecer os movimentos extremistas e a extrema-direita a destruir, por dentro, o projeto europeu. De tal modo que Marine Le Pen, líder da União Nacional francesa, declarou publicamente terem Putin e Trump do lado deles.

Neste contexto, mais do que nunca, é necessário reforçar eleitoralmente os partidos da nossa família política, o único porto de abrigo dos desencantados e a força capaz de combater os inimigos da democracia e defender o projeto europeu. Estas eleições vão ser definidoras da relação de forças entre os que defendem o projeto europeu e os que o querem destruir. Por isso se diz que são as mais importantes eleições para o Parlamento Europeu desde 1979 (ano das primeiras eleições).

Porque partilhamos a opinião dos 21 Presidentes da República europeus que, em carta aberta, afirmam que “a Europa é a melhor ideia que alguma vez tivemos” e que “é o nosso futuro europeu comum que está no boletim de voto, vamos todas e todos votar por uma Europa desenvolvida, unida e solidária, uma Europa das pessoas. ■

## LISTA DE CANDIDATOS EFETIVOS



### PEDRO MARQUES

Tem 42 anos, é economista, foi autarca no Montijo, foi secretário de Estado da Segurança Social e ministro do Planeamento e Infraestruturas, que abandonou para se candidatar agora ao Parlamento Europeu, encabeçando a lista do Partido Socialista.



### MARIA MANUEL LEITÃO MARQUES

Tem 66 anos. É licenciada em direito e doutorada em economia. É professora da Universidade de Coimbra. Fez parte do High Level Group for Reduction of Administrative Burdens da Comissão Europeia. Foi Secretária de Estado e, mais recentemente, Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa. Nessa qualidade, lançou e coordenou o programa Simplex.



### PEDRO SILVA PEREIRA

Tem 56 anos e é mestre em Direito pela faculdade de Direito de Lisboa. Foi secretário de Estado do Território e da Conservação da Natureza e ministro da Presidência. É presidente da Fundação Res Publica e deputado ao Parlamento Europeu, onde é vice-presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais, foi o relator da recomposição do Parlamento Europeu pós Brexit, da reforma do Mecanismo Europeu de Estabilidade, do Acordo Comercial EU-Japão e do Financiamento do Desenvolvimento.



### MARGARIDA MARQUES

Tem 64 anos, é licenciada em Matemática e mestre em Ciências da Educação. Foi chefe da delegação da Comissão Europeia em Portugal, e secretária de Estado dos Assuntos Europeus. Foi secretária-geral da JS e é deputada à Assembleia da República, vice-presidente da comissão dos Assuntos Europeus.



### ANDRÉ BRADFORD

Tem 48 anos e é licenciado em Co-

municação Social e Cultural. Foi membro do Comité Permanente dos presidentes das Regiões Ultraperiféricas e representante dos Açores no Comité das Regiões da União Europeia. É líder parlamentar do PS na Assembleia Legislativa Regional do PS nos Açores.



### SARA CERDAS

Tem 29 anos e é médica e mestre pela Universidade de Lisboa. É mestre em Saúde Pública pela Universidade sueca de Umea. É madeirense.



### CARLOS ZORRINHO

Tem 59 anos, é doutorado em Gestão de Informação e professor catedrático da Universidade de Évora. É deputado ao Parlamento Europeu e chefe da delegação socialista portuguesa, e membro das comissões de Indústria, Investigação e Energia e do Ambiente, Saúde e Segurança Alimentar.



### ISABEL SANTOS

Tem 51 anos. Foi governadora civil do Porto e é deputada à Assembleia da República. É vice-presidente da Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação Europeia, onde também já desempenhou as funções de presidente da Comissão de Democracia, Direitos Humanos e Questões Humanitárias.



### MANUEL PIZARRO

Tem 55 anos. É médico especialista em medicina interna. Foi deputado e secretário de Estado da Saúde, responsável pela reforma dos cuidados de saúde primários, pelo alargamento do cheque dentista, pela criação do banco nacional de células do cordão umbilical e pela construção do Centro Materno-Infantil do Norte. É vereador da Câmara Municipal do Porto e presidente da federação do Porto do PS.



### ISABEL ESTRADA CARVALHAIS

Tem 46 anos. É

doutorada em Sociologia e professora associada da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, diretora da Licenciatura em Ciência Política, diretora-adjunta e investigadora integrada do Centro de Investigação em Ciência Política. É independente.



### JOÃO ALBUQUERQUE

Tem 32 anos, é licenciado em Ciência Política e Relações Internacionais e mestre em História, Defesa e Relações Internacionais. É presidente da YES, Young European Socialists.



### SELENE MARTINHO

Tem 27 anos, é pedagoga e licenciada em Ciências da Educação, com especialidade em Avaliação em Educação. É presidente da Federação Regional do Oeste da JS, integrando também o secretariado nacional. É deputada municipal e líder da bancada do PS na Assembleia Municipal da Lourinhã.



### JOSÉ ÁGUAS DA CRUZ

Tem 64 anos, é licenciado em Direito e é advogado. É presidente da Assembleia Municipal de Lagoa, no Algarve, e membro da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Algarve – AMAL.



### IDALINA JORGE COSTA

Tem 61 anos. É licenciada em Educação Especial e Apoios Educativos, vice-presidente dos Bombeiros Voluntários de Idanha a Nova e vice-presidente da Câmara Municipal de Idanha a Nova.



### TIAGO REGO

Tem 30 anos, é licenciado em Estudos Básicos de Ciências Farmacêuticas e estudante de Direito. É presidente da Federação nacional das Associações Juvenis e é ainda socorrista voluntário da Cruz Vermelha. É presidente da concelhia da JS

de Viana do Castelo e deputado municipal.



### VERA DA COSTA SIMÕES

Tem 38 anos, é doutorada em Ciências do Desporto e é professora na Escola Superior de Desporto de Rio Maior, onde é vereadora na Câmara Municipal.



### JESUS M. VIDINHA

Tem 57 anos, é licenciado em Biologia e Geologia, mestre em Geologia Económica e Aplicada e doutorado em Geociências pela Universidade de Aveiro. É presidente da Comissão Política Concelhia do PS de Albergaria-a-Velha, onde também é deputado municipal.



### ELSA SAMÕES

Tem 45 anos. É licenciada em Informática de Gestão e professora de informática, empresária agrícola, vereadora da Câmara Municipal de Carrizada de Ansiães.



### TIAGO TEOTÓNIO PEREIRA

Tem 31 anos, é licenciado em Ciência Política e pós-graduado em Economia e Políticas Públicas, líder do grupo municipal do PS na Assembleia Municipal de Marvão e na Assembleia Intermunicipal do Alto Alentejo.



### MARIA JACINTA GRILO

Tem 43 anos, é licenciada em Gestão de Empresas, técnica da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo para a área da sustentabilidade e inclusão, e presidente da comissão política concelhia de Cuba.



### AGOSTINHO GONÇALVES

Tem 34 anos, é licenciado em Direito e advogado, deputado à Assembleia Municipal da Guarda e presidente da Comissão Política Concelhia do PS.

## SUPLENTES



### MANUEL LAGE

Tem 42 anos, é advogado, é secretário federativo da Federação da Área Urbana de Lisboa e presidente da Assembleia de Freguesia de Marvila e deputado municipal em Lisboa.



### MARTA COSTA

Tem 37 anos, é licenciada em Filosofia e mestre em Gestão de Empresas. É presidente do departamento federativo das Mulheres Socialistas de Viseu.



### ALTAMIRO CLARO

Tem 68 anos, professor, foi vereador e presidente da Câmara de Chaves. É provedor da Misericórdia de Valpaços, de onde é natural.



### JOANA SÁ PEREIRA

Tem 25 anos, é licenciada em Direito, pós-graduada em Direito de Trabalho e advogada. É presidente da federação de Aveiro da JS.



### CARLOS MOUTA

Tem 36 anos, é licenciado em enfermagem, mestre em Gestão de Organizações e administrador na Unidade Local de Saúde de Matosinhos, de onde é natural.



### CARLOTA BORGES

Tem 28 anos, é licenciada em Direito e Mestre em Direito das Empresas e Negócios. É vereadora da Câmara Municipal de Viana do Castelo, presidente da federação do Alto Minho da JS e membro do Secretariado Nacional da JS.



FILIPA MAIA MANDATÁRIA NACIONAL

## AFIRMAR NA EUROPA A AGENDA DA NOVA GERAÇÃO DO SÉCULO XXI

Filipa Maia é a mandatária nacional da candidatura socialista às eleições europeias. A escolha da jovem de 18 anos é uma aposta na juventude e na mudança.

**“NINGUÉM** melhor do que uma pessoa nascida no ano 2000, como a Filipa Maia, para representar a lista do PS como mandatária nacional nas eleições europeias”, disse António Costa durante a apresentação da mandatária nacional do PS às eleições europeias.

Na sessão realizada na sede nacional do Partido Socialista, no Largo do Rato, em Lisboa, o Secretário-geral do PS salientou que a escolha da estudante de Coimbra “é um sinal de que a causa do PS é uma causa de futuro e aposta na nova geração do século XXI”.

“A Europa não pode ser só uma bela história do passado. A Europa tem de ser, sobretudo, um grande projeto para o futuro, um grande projeto da geração mais jovem”, afirmou António Costa.

Referindo-se à necessidade de implementar uma forte agen-

da social na Europa, o líder socialista lembrou que essa prioridade está “no programa do Partido Socialista Europeu, em primeiro lugar no direito de todos à melhor educação possível, à formação ao longo da vida, à estabilidade no mercado de trabalho, à igualdade de direitos à habitação, na exigência de uma sociedade da igualdade de oportunidades e no acesso”.

### Marcar a diferença pelo futuro

O cabeça de lista socialista, Pedro Marques, referiu que a escolha de uma jovem estudante de 18 anos de idade para mandatária nacional de uma candidatura às eleições europeias é “diferente do habitual”.

“Esta é uma lista que quer marcar a diferença. Renovámos muito esta lista e reduzimos muito a sua média etária”,

referiu Pedro Marques, acrescentando que “não apresentamos protagonistas do passado, em particular aqueles que defenderam os cortes e as sanções a Portugal”.

### Filipa Maia assume desafios da nova geração

A mandatária nacional, estudante de Relações Internacionais na Universidade de Coimbra, destacou como principais desafios da sua geração a luta contra as alterações climáticas e contra o trabalho precário, bem como o combate à discriminação de género ou em função da orientação sexual.

Filipa Maia referiu, ainda, a crise dos refugiados, defendendo que a Europa não pode responder a este drama humanitário com “arame farpado”.

■ **JOÃO QUINTAS**

**SEM A UNIÃO  
EUROPEIA NÃO  
SERÍAMOS O  
MESMO PORTUGAL**

MARIA MANUEL  
LEITÃO MARQUES



“ Temos de votar por uma Europa mais empenhada no combate às desigualdades, porque elas estão a crescer no mundo em que vivemos e isso gera mal-estar e populismo ”

**O**s autarcas das nossas freguesias são o poder democrático mais próximo, aquele a quem colocamos mais problemas, mas também aquele que tem menos competências para os resolver.

As instituições europeias são exatamente o contrário. O poder mais distante, mas aquele que pode responder aos principais desafios do presente e do futuro, das alterações climáticas à segurança alimentar, da transição energética à tecnológica, da paz duradoura ao combate às desigualdades.

O primeiro obstáculo, o da falta de competências das juntas de freguesias, remove-se facilmente com uma política de descentralização. Já a aproximação às instituições europeias é difícil de resolver. Não basta estampar a bandeira da UE nas obras feitas com fundos europeus, desde o pequeno Espaço Cidadão, às autoestradas, escolas e hospitais, sem esquecer as obras imateriais, como a investigação científica.

Sem a União Europeia seríamos hoje Portugal na mesma, mas não seríamos o mesmo Portugal.

No dia 26 de maio, todos temos, por isso, de ir votar.

Temos de votar por uma Europa mais empenhada no combate às desigualdades, porque elas estão a crescer no mundo em que vivemos e isso gera mal-estar, populismo, votar por uma Europa mais solidária, entre gerações, entre regiões, entre quem precisa da nossa ajuda no mundo.

Temos de votar por uma Europa mais “simplex” nas suas regras e procedimentos, porque elas são complexas quando concorremos até a pequenos projetos de inovação social, como a “Rádio miúdos”.

Temos de votar por uma Europa mais exigente na proteção do ambiente, que não conhece fronteiras, mais empenhada na redução do uso de plásticos descartáveis e na promoção de novos hábitos de consumo.

Temos de ir votar por uma Europa mais inovadora, que possa competir num mundo que evolui muito depressa, de modo a que a tecnologia seja usada para o bem de todos e não para cavar a diferença entre os que beneficiam da inovação, no seu dia a dia e no seu rendimento, e os que se sentem deixados para trás.

No dia 26, temos de votar por uma Europa com uma moeda mais robusta e mais protegida em caso de crise. A reforma do Euro que o partido socialista se compromete a defender visa exatamente esse propósito. No dia 26 temos de votar por uma Europa com voz forte no mundo, em nome da nossa segurança como cidadãos e cidadãos e da segurança de toda a região.

Temos de votar para fazer a diferença como temos feito nestes três anos, tanto na Europa, como em Portugal, respeitando compromissos, assegurando contas certas, criando emprego, cuidando do presente, mas sem hipotecar o futuro, o nosso e os das gerações que vão seguir-se.

No dia 26 temos de votar PS, um Partido que quando promete cumpre, e por isso merece a nossa confiança.

Votar PS é reforçar uma voz progressista na Europa e uma voz progressista na Europa reforça um governo progressista em Portugal. ■

# MANIFESTO UM NOVO CONTRATO SOCIAL

**NESTAS ELEIÇÕES** europeias, de 26 de maio de 2019, os cidadãos europeus e os portugueses têm nas mãos o futuro da Europa. É importante que participem, porque o seu voto decide – e cada voto conta.

A Europa que somos está hoje sob sério ataque dos movimentos populistas, sobretudo da extrema-direita nacionalista e xenófoba. Um pouco por toda a parte, esses movimentos agitam as bandeiras do nacionalismo, exploram toda a espécie de descontentamentos, promovem notícias falsas nas redes sociais e fomentam a insegurança e o medo. Para cada problema complexo, prometem uma “solução” simplista e, à falta de melhor, tentam vender a ilusão de um regresso redentor às fronteiras nacionais.

Pela nossa parte, não temos dúvidas: os grandes problemas do nosso tempo exigem mais cooperação entre os países europeus, não menos. E testemunhamos, sem qualquer hesitação, que a integração de Portugal na União Europeia fez a diferença na qualidade de vida dos portugueses, transformou profundamente o nosso País e significou um salto enorme em termos de progresso e desenvolvimento, mas também em termos de abertura, liberdade de circulação e criação de oportunidades para todos, sobretudo os mais jovens. A tal ponto que uma coisa é certa: não queremos andar para trás! Porque defender a Europa é defender Portugal!

Por isso, agora que a Europa que ajudámos a construir está sob violento ataque, o Partido Socialista, fiel como sempre ao projeto europeu, sabe bem de que lado deve estar. E sabe que é sua responsabilidade mobilizar os portugueses e as portuguesas para, nestas eleições europeias, fazer o que precisa de ser feito: defender a Europa. É isso, antes de mais nada, o que significa votar no PS: **cada voto no PS é um voto em defesa da Europa e do projeto europeu. Cada voto no PS é um voto na defesa dos interesses dos portugueses na Europa.**

**Contudo, dizemos também, com clareza, que a Europa precisa de mudar e de fazer bastante mais e melhor para corresponder à legítima expectativa dos seus cidadãos** – é essa, aliás, a melhor resposta ao populismo eurocético e é esse o nosso combate de todos os dias, como socialistas comprometidos com a justiça social e com o projeto europeu. Só uma Europa mais atenta à pobreza e às desigualdades, só uma Europa capaz de avançar para novas políticas que melhorem a vida concreta dos seus cidadãos, das famílias e das empresas pode estar à altura dos enormes desafios que tem pela frente. Pelo contrário, a atitude

conformista, de permanente bloqueio a todas as mudanças, é a pior resposta que o projeto europeu poderia dar aos problemas do presente e do futuro. **Acontece que a plataforma política que a Direita representa em Portugal, independentemente dos emblemas partidários, é exatamente a mesma que na União Europeia insiste na austeridade, aposta tudo na “força máxima” das sanções e promove uma constante resistência às mudanças necessárias.**

É aqui, portanto, que reside a **escolha política fundamental** que os portugueses têm diante de si nestas eleições europeias: **de um lado, a posição conformista da Direita; do outro, a alternativa progressista do PS.**

É com a nossa atitude, de sempre, de fidelidade ao projeto europeu, mas também de defesa intransigente dos interesses de Portugal e dos portugueses, que o Partido Socialista, contra os adversários da União Europeia, mas também contra todas as subserviências e todos os conformismos, apresenta a sua **alternativa progressista para o futuro da Europa.**

## UM NOVO CONTRATO SOCIAL, PARA UMA EUROPA À ALTURA DOS DESAFIOS DO PRESENTE E DO FUTURO

A União Europeia, que constitui o mais promissor projeto de integração política e económica de toda a história contemporânea, tornou possível que, ao longo de seis décadas, a Europa se mantivesse como um espaço de paz, de estabilidade e de prosperidade, proporcionando aos seus cidadãos condições de vida e direitos sociais sem paralelo no mundo desenvolvido.

Todavia, o desenvolvimento económico da União Europeia não chegou de forma equitativa a todos os Estados, regiões e populações, persistindo elevados níveis de desigualdade e bolsas intoleráveis de pobreza. Ainda não se dissiparam totalmente os efeitos da crise financeira e da Grande Recessão, a economia europeia enfrenta importantes novos desafios e as alterações climáticas exigem uma renovada determinação.

Por tudo isto, **propomos um Novo Contrato Social para a Europa. Um Contrato Social que se traduza numa Nova Agenda Social, numa Nova Agenda de Crescimento e Emprego e numa Nova Agenda de Inovação e Sustentabilidade.**

## UMA NOVA AGENDA SOCIAL

O primeiro eixo de um Novo Contrato Social para a Europa deve ser uma Nova Agenda Social de combate à pobreza e às

desigualdades, que promova a coesão e a convergência, que valorize a educação e a formação profissional como instrumentos decisivos de mobilidade social, que defenda os direitos dos trabalhadores e a conciliação entre a vida pessoal, profissional e familiar, que combata todas as formas de discriminação, que defenda o modelo social europeu e que garanta o acesso à saúde, à habitação e aos serviços públicos. Para isso, defendemos:

- Um **Quadro Financeiro Plurianual que valorize as políticas de coesão, a política agrícola comum e de pescas, simplificando e tornando mais acessíveis a cidadãos e empresas estas políticas, e tendo em consideração as condições específicas das regiões ultraperiféricas;** uma **mais justa distribuição geográfica dos investimentos do Plano Juncker** e uma nova **capacidade orçamental da zona Euro ao serviço não apenas da competitividade, mas também da convergência;**

- O **reforço e a plena operacionalização do Pilar Europeu dos Direitos Sociais**, de modo a combater as desigualdades e a assegurar o futuro do trabalho e da proteção social;

- O **combate ao trabalho precário** e a **garantia legal de um contrato de trabalho digno para todos**, que proporcione, independentemente dos setores económicos e dos vínculos laborais, uma remuneração justa, bem como acesso à proteção social e à formação ao longo da vida;

- A **promoção de uma efetiva igualdade de género, tanto salarial como em todos os aspetos da vida em sociedade**, e o **combate à violência doméstica e a todas as formas de discriminação;** o desenvolvimento de um **novo quadro para a conciliação entre a vida pessoal, profissional e familiar;**

- O enfrentar do **desafio demográfico**, assegurando a sustentabilidade da sociedade europeia e promovendo a participação no mercado de trabalho e o envelhecimento ativo, bem como a sustentabilidade dos sistemas de proteção social;

- A promoção de uma verdadeira **igualdade de oportunidades no acesso à educação e à formação;**

- O **reforço da proteção dos mais vulneráveis**, como os jovens ou os mais idosos, através de **mecanismos europeus de promoção da educação, da saúde e de combate à pobreza;**

- O **reforço do programa europeu Garantia Jovem** e a **criação de um programa Garantia Criança**, para combater a pobreza infantil e garantir o acesso ao pré-escolar e aos serviços sociais e de

saúde na primeira infância;

- A criação de um **Plano Europeu de Políticas de Habitação**, que promova o direito à habitação em condições dignas e a preços acessíveis, que combata a exclusão social nas cidades europeias, recorrendo, nomeadamente, aos fundos estruturais como instrumento para a concretização deste Plano;

- A **promoção da justiça fiscal à escala europeia**, combatendo a evasão fiscal e a concorrência desleal com as PME, assegurando a tributação dos movimentos de capitais, das transações financeiras e da economia digital, e desenvolvendo incentivos fiscais para a criação de emprego, a inovação e o desenvolvimento sustentável.

## UMA NOVA AGENDA PARA O CRESCIMENTO E O EMPREGO

A experiência do Governo do Partido Socialista em Portugal provou que é possível conciliar o “virar da página da austeridade” com uma gestão responsável das contas públicas. Ficou demonstrado que a redução progressiva do défice e da dívida pública pode ser feita com melhoria do nível de rendimento dos trabalhadores, dos pensionistas e das famílias, gerando crescimento económico e promovendo a criação de emprego. Impõe-se que, tal como sucedeu em Portugal, a política económica e orçamental da União Europeia se torne mais amiga do crescimento e do emprego.

Para isso, defendemos:

- Uma **política orçamental europeia mais favorável ao crescimento**, que utilize plenamente os instrumentos de flexibilidade previstos no Pacto de Estabilidade e Crescimento e que promova uma **estratégia mais expansionista por parte dos países europeus com excedentes orçamentais;**

- A **eliminação do défice de investimento que ainda persiste na economia europeia** e o **reforço dos instrumentos financeiros europeus de apoio ao investimento**, incluindo o Quadro Financeiro Plurianual e o Plano Juncker, para o que propomos um Plano de Investimento para a Europa;

- O **completar da União Económica e Monetária e da União Bancária**, designadamente através: da **criação de uma capacidade orçamental própria para a Zona Euro**, que apoie as reformas favoráveis à competitividade e à convergência e assegure a função de estabilização das economias face a eventuais choques; da criação neste contexto, de novos mecanismos de **apoio às reformas** definidas nos Programas Nacionais de Reformas dos Estados-Membros, designadamente

# ELEITORAL SOCIAL PARA A EUROPA

te as que se traduzam em compromissos a favor da convergência, da educação, do desenvolvimento das indústrias criativas e do património cultural, da ciência, do desenvolvimento tecnológico e da inovação; da **reforma do Mecanismo europeu de Estabilidade**; da **operacionalização do Fundo Único de Resolução** bancária e da criação do **Esquema Europeu de Garantia de Depósitos**.

– O aprofundamento da **União de Mercados de Capitais**.

## UMA NOVA AGENDA PARA A INOVAÇÃO E A SUSTENTABILIDADE

O Novo Contrato Social de que a Europa precisa deve envolver, também, um renovado compromisso e uma reforçada ambição em termos de inovação e sustentabilidade para ganhar os desafios do futuro.

Por isso, defendemos:

– Uma grande **aposta dos investimentos europeus na investigação e desenvolvimento, na modernização tecnológica e na qualificação dos recursos humanos**, incluindo por via do reforço dos programas de Ciência, Tecnologia e Inovação e do Erasmus+;

– Colocar a **inovação como eixo fundamental da política industrial europeia**;

– **Desenvolver uma estratégia europeia específica para a revolução digital**;

– Desenvolver uma **nova estratégia europeia de crescimento e desenvolvimento sustentável**, assente numa utilização sustentável dos recursos, desde logo os recursos marinhos, novos padrões de consumo e de produção de energia, novas tecnologias energéticas e ambientais e uma grande aposta na economia circular e na reciclagem dos resíduos;

– **Implementar o Fundo Europeu de Transição Ambiental**, como instrumento de apoio ao tecido empresarial europeu no sentido da descarbonização e da promoção da sustentabilidade ambiental, com especial incidência nas PME e nos territórios carecidos de novos impulsos para a convergência;

– Desenvolver **medidas de política ambiciosas para fazer face às alterações climáticas**, honrando os compromissos assumidos no Acordo de Paris, designadamente cumprindo o objetivo de redução de CO<sub>2</sub>, incentivando a descarbonização da economia, promovendo a transição energética e a mobilidade sustentável, assegurando a proteção da biodiversidade e investindo na educação ambiental, na investigação e desenvolvimento e na inovação a favor da sustentabilidade; é, ainda, essencial acelerar o caminho para a União

Energética, acelerando o desenvolvimento das interconexões entre os diferentes Estados-Membros;

– **Reforçar a capacidade de resposta europeia às catástrofes naturais e ambientais**, incluindo por via de um verdadeiro **sistema europeu de proteção civil**.

## POR UMA EUROPA DE VALORES, DEMOCRÁTICA, TOLERANTE E SOLIDÁRIA

É urgente que o projeto Europeu se reencontre de novo com os seus valores, para que a União Europeia seja o que ficou inscrito no seu desígnio fundador: um espaço de respeito integral da dignidade da pessoa humana, dos direitos fundamentais e da democracia; uma terra de liberdade, de tolerância e de solidariedade, e de defesa intransigente do Estado de Direito.

**A União Europeia não pode ser complacente com derivas autoritárias**, nem com atentados à liberdade de expressão ou à independência do poder judicial que ameçam de forma sistémica o funcionamento do Estado de Direito.

Por outro lado, é preciso também **qualificar o funcionamento da democracia ao nível europeu**, fazendo uma verdadeira pedagogia da cidadania europeia, valorizando as eleições para o Parlamento Europeu, reforçando os poderes políticos e legislativos da única instituição europeia diretamente eleita pelos cidadãos e estimulando a participação cívica no debate e nos processos de tomada de decisão sobre questões europeias. Paralelamente, torna-se necessário **salvaguardar a integridade democrática do processo eleitoral europeu combatendo a manipulação do debate democrático através de notícias falsas** e outras formas abusivas de condicionamento da opinião pública.

A União Europeia não pode escusar-se ao seu dever humanitário indeclinável de acolhimento dos refugiados, nem à solidariedade devida para com os países da sua fronteira marítima a Sul que enfrentam uma situação verdadeiramente dramática no Mediterrâneo. **Defendemos uma resposta solidária da União Europeia à chamada crise dos refugiados**, à altura das obrigações humanitárias previstas nas convenções internacionais, que dite a partilha dos esforços com respeito pela capacidade de cada Estado-Membro e que seja enquadrada pela necessária revisão do sistema europeu de asilo.

Preconizamos, por outro lado, uma **política integrada para as migrações**, que comece por atacar as causas fundamentais dos fenómenos migratórios por via de cooperação para o desenvolvimento e

para a segurança nos países de origem, que promova a segurança nas fronteiras externas da União Europeia e o combate ao tráfico de seres humanos e que assegure vias legais para uma gestão controlada das migrações, acompanhada de um investimento sério na integração social dos imigrantes e no combate ao racismo, à xenofobia e a todas as formas de discriminação.

No desenvolvimento desta política integrada, atribuímos uma especial importância estratégica à **cooperação com África**, não apenas através dos instrumentos europeus, mas também no quadro de uma parceria reforçada com as Nações Unidas, em particular o seu Alto Comissariado para os Refugiados e a Organização Internacional para as Migrações. **Defendemos, igualmente, o Pacto Global das Migrações**, recentemente adotado pela ONU – que Portugal ajudou a negociar e se empenhará em concretizar. E lutaremos para que a União Europeia se mantenha como uma referência à escala global na **Cooperação para o Desenvolvimento**, honrando os compromissos com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

## POR UMA EUROPA FORTE, PARA UM MUNDO DE PAZ E UMA GLOBALIZAÇÃO MAIS JUSTA

Num mundo cada vez mais instável e com uma ordem internacional em profunda mutação, **mais do que nunca a UE deve assumir o seu papel de referência global** em favor da paz, da estabilidade, dos direitos humanos, da democracia, do respeito pelo direito internacional e da valorização do multilateralismo.

A verdade é que todos os grandes problemas do nosso tempo – da globalização ao terrorismo, das migrações às alterações climáticas, dos paraísos fiscais ao desenvolvimento sustentável – exigem mais e melhor cooperação, não mais isolacionismo. É na concertação internacional que podemos encontrar soluções para uma globalização mais justa e um desenvolvimento global mais sustentável e inclusivo, que cumpra os objetivos da Agenda 2030. Contra as tentações protecionistas, **valorizamos, também, o contributo dos acordos comerciais bilaterais e regionais para uma globalização mais regulada e mais justa**. Apoiamos, por isso, a agenda comercial que a União Europeia tem vindo a desenvolver e exigimos que garanta a integral salvaguarda dos nossos valores em matéria de direitos sociais, laborais e ambientais, bem como de segurança alimentar e defesa do consumidor.

Sabemos, também, que novos e importan-

tes desafios se colocam à União Europeia em matéria de segurança, de defesa e de combate ao terrorismo. Defendemos, por isso, antes de mais, **uma política externa da União orientada para a estabilização e resolução dos conflitos armados na vizinhança europeia**, porque a paz e a estabilidade na nossa vizinhança são condições de paz e estabilidade no próprio território europeu. Preconizamos, também, um **reforço da cooperação entre os Estados e as autoridades policiais e judiciais no combate ao terrorismo e à criminalidade organizada**, incluindo em matéria de tráfico de seres humanos e de gestão das fronteiras e do Espaço Schengen. E defendemos **uma política de segurança e defesa europeia, com investimento acrescido e reforço da cooperação entre Estados-Membros, em consonância e complementaridade com a Aliança Atlântica**.

## RENOVAR A EUROPA, PARA UMA PROSPERIDADE PARTILHADA

Manter tudo como está não é opção. A alternativa progressista que o Partido Socialista propõe visa renovar a Europa e reunificá-la em torno dos seus fundamentos: os valores europeus. Mas visa também renovar as políticas e os instrumentos de ação para vencer os desafios do presente e do futuro. Por isso, propomos um Novo Contrato Social assente numa Agenda Social, numa Agenda de Crescimento e Emprego e numa Agenda para a Inovação e a Sustentabilidade. E por isso nos batemos, igualmente, por uma Europa forte, para um Mundo de paz e uma globalização mais justa.

A Europa que queremos não se resigna às desigualdades, antes ambiciona uma prosperidade partilhada. A alternativa política que o Partido Socialista provou ser possível em Portugal tem de ser possível também à escala europeia: mais rendimentos das famílias e mais investimento, para mais crescimento e mais emprego; menos pobreza e menos desigualdades, para mais justiça social e mais convergência; e contas certas. É este o caminho de que a Europa precisa, é este o nosso compromisso.

No dia 26 de maio os portugueses são chamados a participar na escolha do futuro da Europa e, ao fazê-lo, escolhem também o seu próprio futuro. Votar no PS nestas eleições europeias significa votar em defesa do projeto europeu, mas significa também votar na mudança de que a União Europeia precisa e na defesa dos interesses de Portugal.

**O voto no Partido Socialista é o voto certo – porque Somos Europa.**

## ELEIÇÕES EUROPEIAS: O PSD E OS SEUS DOIS MANIFESTOS

PEDRO SILVA PEREIRA



Enquanto o Partido Socialista apresenta nestas eleições europeias um manifesto próprio inteiramente coerente com o manifesto do Partido Socialista Europeu - dando assim garantias de que o que aqui diz aos portugueses é para ser levado a sério - é enorme a diferença entre o manifesto eleitoral propagandeado pelo PSD e o manifesto apresentado pelo Partido Popular Europeu, de que o PSD faz parte.

É claro que os manifestos dos partidos nacionais não têm de ser cópias dos manifestos dos partidos europeus, mas quando o desvio é colossal, como é o caso, das duas uma: ou o PSD assume as suas divergências de fundo com o PPE e reconhece com isso a sua total incapacidade para influenciar a orientação da sua própria família política europeia ou temos de concluir que o manifesto apresentado em Portugal é apenas para consumo interno eleitoral e que no Parlamento Europeu a cartilha a seguir será radicalmente diferente da aqui anunciada para tentar caçar votos.

Ciente do problema, o próprio PSD tratou de esclarecer o assunto logo na introdução do seu Manifesto "Mais Portugal, Melhor Europa": "O PSD identifica-se com o manifesto e o programa adoptado pela sua família política europeia, o PPE. Mas o PSD não se exime a ter uma posição própria (em certos casos, dissonante)".

Ora, interessa então verificar que "dissonâncias" são essas e se é verdade que elas ocorrem apenas "em certos casos".

Ao longo do seu Manifesto, o PSD identifica uma única dessas "dissonâncias": o PPE propõe o fim da regra da unanimidade na política externa, o PSD assume ser contra. A verdade, porém, é que as diferenças não ficam por aqui. Pelo contrário, são muitas e decisivas, revelando uma contradição insanável entre o que o PSD anuncia aqui aos eleitores e a proposta política do grupo político que o PSD integra e se propõe reforçar no Parlamento Europeu.

Cinco exemplos bastam para expor a evidência dessas contradições.

Em primeiro lugar, nota-se um total desencontro nas prioridades políticas anunciadas: o PSD começa o seu Manifesto dizendo querer "Uma Europa Solidária", com coesão social, económica e territorial; o PPE, pelo contrário, omite no seu Manifesto qualquer prioridade aos objetivos da coesão social e da convergência, antes anuncia como primeira prioridade "Uma Europa que protege os seus cidadãos" e que defenda as fronteiras da Europa "contra a imigração ilegal". Por isso, a primeiríssima proposta do Manifesto do PPE é uma Guarda Costeira Europeia com "direito de intervenção direta" (!) nas fronteiras externas comuns dos países europeus, reforçada com dez mil novos polícias e equipada com drones, devidamente complementada por polícias à paisana "em todas as fronteiras internas" para fiscalizar veículos e passageiros suspeitos. O contraste é óbvio - e não podia ser maior.

“ Porque não se pode propor tudo e o seu contrário, a conclusão só pode ser uma: o que está no Manifesto do PSD não é para levar a sério ”

Em segundo lugar, o PSD escreve no seu Manifesto que é "fundamental" promover a implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais; já o Manifesto do PPE pura e simplesmente omite esse assunto tão "fundamental", revelando a total falta de vontade política da Direita em seguir nessa direção.

Em terceiro lugar, no seu Manifesto o PSD diz aos portugueses "não aceitar os cortes na política de coesão e de agricultura", assumindo até o "compromisso de os evitar a todo o custo"; já o Manifesto do PPE, pelo contrário, não diz nem uma palavra contra os cortes.

Em quarto lugar, o Manifesto do PSD considera "prioritária" a consolidação da União Económica e Monetária, apoia a criação de uma capacidade orçamental para a zona euro, defende um sistema de seguro-desemprego da União Europeia e preconiza a criação de um Programa de Apoio às Reformas; nenhuma, absolutamente nenhuma destas propostas consta do Manifesto do PPE, que não dedica sequer uma linha à reforma do Euro (salvo uma referência sumária à ideia de transformar o Mecanismo Europeu de Estabilidade num verdadeiro Fundo Monetário Europeu, conceito, aliás, já abandonado no seguimento do relatório que apresentei no Parlamento Europeu sobre esta matéria e que foi aprovado por larga maioria, com o voto favorável do próprio PPE).

Em quinto lugar, o PSD considera "urgente" e "inadiável" a conclusão da União Bancária, com o estabelecimento do Fundo Europeu de Resolução e com a criação de um Sistema Europeu de Seguro de Depósitos; o Manifesto do PPE, contudo, não só resume a conclusão da União Bancária à criação do Sistema Europeu de Seguro de Depósitos, como, em vez de o considerar "inadiável", defende que a sua criação só aconteça depois de uma "significativa" redução de riscos no sistema bancário europeu.

Como facilmente se compreende, estas divergências estão longe de ser meras "dissonâncias pontuais", antes são contradições insanáveis que respeitam ao coração das propostas políticas apresentadas aos eleitores: uma Europa solidária, que valoriza o Pilar Europeu dos Direitos Sociais e recusa cortes financeiros na política de coesão e agricultura, como diz o Manifesto do PSD; ou uma Europa securitária, que desiste da convergência e da coesão social, como preconiza o Manifesto do PPE, de que o PSD faz parte; uma agenda ambiciosa para a reforma do Euro e para a conclusão urgente e inadiável da União Bancária, como proclama aqui o PSD, ou agenda nenhuma e ambição nenhuma, nem para o Euro nem para a União Bancária, como resulta do Manifesto do PPE.

Sendo feio duvidar da palavra dos outros, temos que ter por bom o esclarecimento que o próprio PSD entendeu dar: "o PSD identifica-se com o Manifesto e o programa adoptado pela sua família política europeia, o PPE". Assim, e porque não se pode propor tudo e o seu contrário, a conclusão só pode ser uma: o que está no Manifesto do PSD não é para levar a sério. ■



## ANA CATARINA MENDES PS FORTE E CONFIANTE

**A Secretária-geral adjunta do PS, Ana Catarina Mendes, destaca a importância das eleições europeias, a realizar no próximo 26 de maio, onde se decidirá boa parte do futuro coletivo, sustentando que "não há conquistas sozinhos" e que estas "têm de ser feitas no espaço europeu".**

**INTERVINDO** em Aveiro, na Festa Socialista que assinalou os 45 anos da Democracia e os 46 anos do PS, Ana Catarina Mendes enfatizou a importância determinante da afirmação de um novo contrato social na Europa, à imagem do que a governação do PS foi capaz de imprimir nos últimos três anos e meio em Portugal, traduzido, entre muitas medidas para a melhoria da vida dos portugueses, na reposição dos rendimentos ao nível dos salários e das pensões, no aumento do salário mínimo, na criação de emprego e na redução da pobreza.

A Secretária-geral adjunta do PS teceu, ainda, duras críticas à direita e sublinhou as contradições do maior partido da oposição, suscitando algumas questões sobre os resultados das suas políticas quando esteve no poder.

"Quanto é irónico ouvir hoje o PSD dizer que a sua principal preocupação nestas eleições europeias é o desemprego jovem. Então não foi o PSD que convidou os nossos jovens a emigrar? Não foi o PSD que atingiu a taxa mais alta de desemprego dos jovens, 34% em 2015?", questionou.

Ana Catarina Mendes recordou que os partidos que apoiaram e integraram o anterior Governo "entregaram em 2015 um programa de estabilidade em Bruxelas que previa que, em 2018 e 2019, a taxa de desemprego em Portugal seria de 11% e que trabalhariam para que essa fosse a taxa". Porém, em resultado das políticas do Governo liderado por António Costa, "nós hoje temos uma taxa de desemprego de 6,4%", salientou.

Sublinhando que os socialistas se apresentam "fortes e confiantes" para os combates que se avizinham, a dirigente socialista lembra que o PS "cumpriu" todos os seus compromissos, contra os vaticínios da direita nacional e europeia, o que, para Ana Catarina Mendes, constitui uma boa razão para confiar que o PS vai vencer os próximos atos eleitorais. ■





**INTERVINDO** na sessão de encerramento da Convenção Europeia do PS, em Vila Nova de Gaia, o líder socialista, depois de ter destacado o papel determinante e insubstituível que o PS tem tido ao longo das últimas três décadas na defesa do projeto europeu, defendeu que em Portugal só os socialistas têm condições para "expressar, unir e estabelecer pontes entre as diferentes correntes europeias", desiderato que coloca o PS do mesmo lado político do Presidente francês, Emmanuel Macron, ou do primeiro-ministro grego, Aléxis Tsipras. Segundo o líder socialista, nem nas "horas difíceis da tróica", entre 2011 e 2014, houve alguém no PS que por um minuto tivesse posto em causa ou "duvidas-

se" da importância de manter Portugal na Europa, da mesma maneira que também "nunca ninguém duvidou que o papel do partido era o de lutar para mudar a política da Europa", reafirmando que a visão que os socialistas portugueses têm da Europa é a visão de "todos aqueles que querem construir uma frente progressista na Europa". Na sua intervenção, o líder socialista fez questão de reafirmar que a posição do PS em relação à Europa é claramente divergente da dos partidos à sua esquerda, designadamente do BE e do PCP quando defendem que Portugal devia sair da moeda única, como também deixou claro o distanciamento dos socialistas em relação às forças políticas à sua direita.

## CONVENÇÃO EUROPEIA

# PS É O PARTIDO QUE MELHOR REPRESENTA E DEFENDE O PROJETO EUROPEU

Os líderes europeus são unânimes em classificar o percurso seguido pelo Governo português nos últimos três anos como um exemplo para a União Europeia, afirmou o Secretário-geral socialista, garantindo que o PS é de todos os partidos portugueses "aquele que mais ama a Europa".

Em relação a estas últimas, António Costa evocou os exemplos do percurso alternativo seguido pelo Governo, que devolveu ao país emprego, aumento das exportações, mais rendimentos do trabalho e mais coesão social, lembrando por outro lado as palavras do candidato apoiado pelo PSD e CDS para a presidência da Comissão Europeia, o alemão Manfred Weber, que em 2016 defendeu a aplicação de sanções a Portugal, tese que para o líder socialista só foi possível verbalizar porque "houve elementos ligados ao anterior Governo de direita que foram para a Europa propagar a ideia de que com o Governo do PS vinha aí a desgraça, o Diabo e a bancarrota". António Costa lembrou a este

propósito que a proposta do político alemão foi feita numa altura em que se discutia na União Europeia se Portugal devia ou não ser sancionado por não ter feito tudo o que estava ao seu alcance para reduzir o défice e a dívida entre 2011 e 2015, durante o governo PSD/CDS, lembrando o líder socialista que a tese de Manfred Weber só não foi avante porque, entretanto, Portugal com o Governo do Partido Socialista conseguiu "ganhar a batalha" e sair do procedimento por défice excessivo.

### Ganhar a batalha mais importante de sempre

Para António Costa, o que hoje é realmente importante é que Portugal deixe a "falsa humildade" e assuma "com orgulho"

que é mesmo "um bom exemplo para a Europa", sem, contudo, se deixar cair na "arrogância", como alertou, de querer ser "o bom professor", lembrando que o país, apesar de ser pequeno, "nunca se apoucou perante o mundo" e nunca fechou as suas fronteiras para receber "aqueles que nos procuravam".

Já na parte final da sua intervenção, o Secretário-geral do PS defendeu que as próximas eleições europeias "vão ser as mais importantes de sempre", apelando ao voto, tendo ainda aludido que os níveis elevados da abstenção nas europeias estão a contribuir também para o crescimento em vários Estados-membros de forças nacionalistas e populistas.

■ RUI SOLANO DE ALMEIDA

## NOVO CONTRATO SOCIAL FOI POSSÍVEL EM PORTUGAL E TEM DE SER POSSÍVEL NA EUROPA

**Após subir ao palco e de ser apresentado como cabeça de lista do PS às eleições europeias, Pedro Marques iniciou a sua intervenção salientando que o Governo liderado por António Costa tem constituído um exemplo, nomeadamente em termos de conciliação do rigor e equilíbrio das contas públicas com o desenvolvimento económico-social.**

**"QUANDO** nem a Europa acreditava que conseguíamos, nós demonstrámos que este novo contrato social era possível", sublinhou Pedro Marques, acrescentando que, se "foi possível em Portugal, tem de ser possível na Europa". O cabeça de lista recordou que, enquanto o Governo socialista implementava uma "mudança de políticas em Portugal e lutávamos na Europa para evitar sanções de Bruxelas a Portugal, tivemos Manfred Weber, o candidato do PSD e do CDS à Comissão Europeia, como principal rosto da exigência de sanções

contra Portugal". Mas, como lembrou, não foi apenas o candidato à presidência da Comissão Europeia apoiado pelo PSD e pelo CDS que resistiu e criou dificuldades a Portugal, houve também "cassandras da direita a dificultar a tarefa, anunciando o Diabo".

### PSD tenta apagar memória

"Na onda de Passos Coelho, lá vinha Paulo Rangel, na Universidade de verão de 2016 do PSD, dizer que o futuro de Portugal é uma parede e que, ine-

vitavelmente, seria conduzido a um novo resgate. Três anos passados, [na passada sexta-feira], Manfred Weber esteve a passear, ali, do outro lado do rio, no Porto, com Paulo Rangel, a pedir o voto dos portugueses", indignou-se Pedro Marques. "Eles não têm memória, não se querem lembrar do mal que fizeram. Mas nós lembramo-nos bem, e os portugueses não se esquecerão", afirmou.

### Escolher o caminho do progresso e da solidariedade

O cabeça de lista manifestou



depois a sua preocupação perante a atual situação da Europa, considerando que a União Europeia está numa "encruzilhada em que é preciso escolher um só caminho".

"Escolher entre a Europa dos populistas ou a Europa dos progressistas. Dos nacionalistas ou dos europeístas. Escolher entre uma Europa que exclui ou uma Europa que integra. Uma Europa de países mais ricos com cidadãos mais pobres; ou uma Europa com mais emprego e menos desigualdades", referiu o candidato ao Parlamento Europeu.

"Somos progressistas e somos europeístas. Queremos uma Europa unida, solidária, que não se fragmente e não embarque em aventureirismos", afirmou Pedro Marques.

Dirigindo uma mensagem às restantes forças políticas, Pedro Marques disse aceitar o combate político, "mas esse combate deve centrar-se em propostas e em ideias", apelou. Até porque, segundo o 'número um' da lista do PS, "os portugueses penalizarão os que escolherem o caminho do populismo e do bota-abaixo". ■ JOÃO QUINTAS

# DEFESA DO PROJETO EUROPEU PASSA PELA DERROTA DOS POPULISMOS E NACIONALISMOS

O presidente do PS, Carlos César, defendeu que o objetivo dos socialistas para as eleições europeias de 26 de maio é preservar, atualizar e vitalizar o projeto europeu e levá-lo a “bom porto”, derrotando os populismos, extremismos e nacionalismos.

**CARLOS CÉSAR**, que falava na sessão de abertura da Convenção Europeia do PS, referiu que o presente e o futuro de Portugal dependem da Europa, por isso, o compromisso europeu “não é um qualquer compromisso com a Europa”. “Temos de preservar e traba-

lhar por uma Europa em constante reforma, por uma Europa mais capacitada para enfrentar positivamente os desafios das migrações, superar os efeitos de situações como a do 'Brexit', da globalização em geral e das guerras comerciais”, frisou. Estas situações só podem ser



superadas com êxito se a Europa estiver “unida e com uma estratégia clara”, considerou. Elogiando a governação de António Costa, o também presidente do Grupo Parlamentar do PS defendeu que é graças a essa estratégia que Portugal tem hoje um “lugar de mérito” na Europa

e governantes respeitados pelas instituições europeias. “Ganhámos voz na Europa. É uma voz que se deve à governação responsável e bem-sucedida do PS, e essa autoridade que advém da boa governação e dos bons resultados merece ser empenhada

no voto dos portugueses nestas eleições”, frisou. Num apelo à mobilização, Carlos César salientou que dar a vitória ao PS nas europeias é dar a vitória a Portugal do ponto de vista da credibilidade na Europa e no plano internacional. ■

## PORTUGAL É UM EXEMPLO PARA A EUROPA

“**PORTUGAL** mostra ao resto da Europa como se pode ser responsável com o dinheiro dos contribuintes”, disse o vice-presidente da Comissão Europeia, Frans Timmermans.

“António Costa e o seu governo mostram todos os dias que podem ter um país na Europa mais social”, afirmou o comissário europeu, Frans Timmermans, no passado sábado na Convenção Nacional do PS, em Vila Nova de Gaia.

O candidato dos socialistas europeus à presidência da Comissão Europeia salientou que o combate à austeridade em Portugal não foi feito “à custa dos filhos e netos, nem colocando mais um fardo sobre as costas”, pelo que indica o nosso país como um bom exemplo para os restantes países da Europa.

“Portugal mostra ao resto da Europa como se pode ser responsável com o dinheiro dos contribuintes” e, simultaneamente, promover o crescimento económico, criar mais emprego e aumentar os rendimentos das famílias, disse o comissário holandês.

“António e o seu governo mostraram o caminho”, referiu Timmermans, sublinhando que “estas eleições são sobre a alma da Europa”. “Estou orgulhoso de estar aqui, de ser um socialista e do que o Partido Socialista conseguiu nestes últimos anos”, considerando que o PS constitui um motivo de “inspiração pessoal”, concluiu.

■ **JOÃO QUINTAS**



## FERRO RODRIGUES

# “OS PORTUGUESES PODEM CONTAR QUE A EUROPA É CONNOSCO”

**O ANTIGO** Secretário-geral do PS, Eduardo Ferro Rodrigues, considerou que a grande missão dos socialistas é lutar “pela sobrevivência” do projeto europeu, centrando também o seu discurso no combate aos fenómenos populistas em ascensão em vários países da União Europeia. “De fora da Europa, mas também do interior da União Europeia, surgem movimentos apostados em destruir o projeto europeu, que tem representado a paz, a democracia e o desenvolvimento deste velho continente”, advertiu.

De acordo com o atual presidente da Assembleia da República, na presente conjuntura política, as próximas eleições europeias são as mais importantes de sempre e os socialistas devem estar à altura desse combate.

“Os portugueses podem contar que a Europa é connosco, a Europa é com o PS. Depois dos



combates que travámos pela democracia e pelo desenvolvimento em Portugal, temos agora de lutar por algo que não depende só de nós, mas em que

teremos de mobilizar todas as nossas forças. A carta de missão do PS é lutar pela sobrevivência e renovação do projeto europeu”, advogou. ■



ANTÓNIO COSTA E LÍDER DO SPD ASSINAM CARTA CONJUNTA

## 45 ANOS DA REVOLUÇÃO DOS CRAVOS – RENOVAR A PROMESSA EUROPEIA

**O Secretário-geral do PS, António Costa, e a líder do SPD alemão, Andrea Nahles, tornaram pública uma carta conjunta onde manifestam a sua frontal oposição às políticas “conservadoras e liberais” que têm orientado a União Europeia nos últimos 15 anos, sustentando ser urgente pôr “fim às práticas de dumping salarial e fiscal”.**

**NUM DOCUMENTO** assinado conjuntamente, intitulado ‘45 anos da Revolução dos Cravos – renovar a promessa europeia’, António Costa e Andrea Nahles dirigem uma crítica cerrada aos “15 anos de liderança conservadora da Comissão Europeia e do Conselho”, considerando que foram os “trabalhadores aqueles que mais sofreram” com as políticas de direita na Europa, enquanto as grandes empresas foram as principais beneficiadas dos “lucros, sem terem pago a justa parte dos impostos”. Depois de lembrarem o apoio dado nos primórdios da revolução portuguesa de abril de 1974 pelo líder histórico do SPD, Willy Brandt, ao PS, a Mário Soa-

res e a Portugal, os dois líderes da esquerda europeia cerram fileira numa crítica aberta às políticas europeias da última década e meia, acusando-as de terem fracassado em áreas tão importantes e determinantes para o conjunto dos países da União Europeia como na proteção ambiental ou nas políticas climáticas.

Para António Costa e Andrea Nahles, a União Europeia tem de saber inverter a ideia defendida por conservadores e liberais, de que esta é apenas uma “área económica e um mercado interno”, tese que, na opinião dos dois líderes tem sido uma das principais causas não só da “desmotivação” do eleitorado europeu,

como uma das responsáveis pelo surgimento e pela chegada ao poder de partidos “antieuropeus e populistas de extrema direita”, defendendo que “está na hora” de a Europa renovar e cumprir a “promessa de proteger os trabalhadores”.

### Harmonizar padrões

Segundo os dois subscritores desta missiva, tanto os direitos do trabalho como os padrões sociais têm de ser “harmonizados” em todos os países da União Europeia, justificando esta iniciativa como forma de evitar que os trabalhadores “sejam postos uns contra os outros”, medida à qual se devem juntar a criação de salários mínimos “em todos os Es-

tados da União Europeia” e o “princípio da remuneração igual para trabalho igual no mesmo local”.

Ambos os líderes manifestam a sua total discordância de um modelo que assenta numa concorrência com “base em salários baixos e entre políticas fiscais dos diferentes Estados-membros”, recusando qualquer tipo de “dumping salarial” e a corrida aos impostos mais baixos sobre as empresas nos diferentes Estados-membros, lembrando que aqueles “que não cumprem as regras devem ser frontal e devidamente sancionados”.

Como alternativa às políticas seguidas nestes últimos 15 anos por conservadores e liberais, o

Secretário-geral do PS e a líder do SPD alemão propõem uma “tributação mínima” para todas as empresas, a par de um “imposto digital”, medidas que em sua opinião possibilitariam que todos contribuíssem de forma “justa para uma sociedade baseada na solidariedade”, uma medida que seria, como também sublinham, um “pré-requisito essencial para garantir a coesão e a justiça na União Europeia”. Apenas uma Europa “forte, solidária e unida”, acrescentam os dois líderes, pode “assegurar políticas livres, justas e sustentáveis”, quer para os portugueses e alemães, quer para todos os restantes povos europeus.

■ RUI SOLANO DE ALMEIDA

## MULHERES SOCIALISTAS APONTAM PRIORIDADES PARA UMA AGENDA EUROPEIA DA IGUALDADE

**UMA EUROPA** livre de violência e discriminações de género, lideranças paritárias, fim das desigualdades salariais e licenças parentais igualitárias para a garantia do cuidado, são algumas das prioridades que as Mulheres Socialistas – Igualdade e Direitos (MS-ID) pretendem ver refletidas no programa do Partido Socialista às próximas eleições europeias, como contributo para uma sociedade mais justa e igualitária, conforme preconizado pela ONU – Planeta 50/50 para o Desenvolvimento Sustentável até 2030. As propostas inserem-se na Agenda Europeia para a Igualdade e para os Direitos Humanos elaborada pela estrutura das Mulheres Socialistas, presidida por Elza Pais, a partir das resoluções aprovadas no recente congresso do Partido Socialista Europeu, reali-

zado em Lisboa, para uma Europa mais justa, mais livre e com sociedades igualitárias. Estes princípios resultam também dos contributos recolhidos em recente reunião com as ONG da Igualdade e Não Discriminação, bem como das estruturas federativas das MS-ID com as quais foram debatidos. Estas resoluções visam constituir uma agenda forte no quadro das políticas europeias para a promoção da igualdade nos Estados-membros, pretendendo-se que sejam também enquadradoras dos programas dos Partidos Socialistas Europeus.

As MS-ID, orientando-se pelos princípios destas resoluções, elencam as prioridades para a construção de uma Agenda Europeia para a Igualdade e para os Direitos Humanos, que coloque o princípio da igualdade, inscri-



to na matriz fundadora da União Europeia, no centro da ação política para uma Europa igualitária, inclusiva, diversa e democrática onde nenhuma pessoa seja deixada para trás.

Destes princípios, destaca-se a urgência de combater todas as formas de violência contra as mulheres, incluindo a violência doméstica, violência sexual e violação, tráfico de seres humanos, mutilação genital feminina, assédio sexual e moral, casamento forçado e todo o tipo de discriminações com base no género e na identidade de género.

Para combater a banalização destes atos, as MS-ID defendem a necessidade de “um compromisso coletivo dos Estados-membros, através da eliminação de estereótipos de género e de medidas que ponham fim à impuni-

dade dos agressores, como tem sido recomendado pelo relatório do grupo de peritos/as independentes (GREVIO) do Conselho da Europa”.

No capítulo das lideranças paritárias na União Europeia, tendo em conta o custo elevado que as discriminações de género representam para a democracia e para a sociedade como um todo, as MS-ID consideram “fundamental remover as barreiras que impedem a participação plena das mulheres na vida pública e garantir uma representação equilibrada de mulheres e homens em todos os órgãos de decisão”.

Perante o facto de as mulheres ainda estarem “sub-representadas em todas as instituições europeias e em todos os estados-membros em matéria de decisão política”, as MS-ID defendem que

“deve implementar-se uma Estratégia pela Igualdade de Género na UE.

No combate às desigualdades salariais, as Mulheres Socialistas defendem que deve pugnar-se, no espaço europeu, “pela eliminação das disparidades salariais entre homens e mulheres até 2030, uma meta fundamental para que se assegurem direitos iguais para todas as pessoas”. “Deve alcançar-se a meta de reduzir essas desigualdades em 2 pontos percentuais por ano.

No que respeita às licenças parentais igualitárias, como forma de garantia do cuidado, preconiza-se a adoção de um quadro jurídico europeu mais ambicioso, como o previsto na diretiva relativa ao equilíbrio entre vida e trabalho, com vista à eliminação nos Estados-membros da União Europeia das causas subjacentes das disparidades salariais, incluindo as situações em que as mulheres são forçadas a trabalhar a tempo parcial ou até a interromper as suas carreiras profissionais. As MS-ID defendem licenças parentais não transmissíveis para mães e pais, salvaguardando a licença de maternidade a que as mulheres têm direito. ■



CONVENÇÃO DO PES EM MADRID

## IMPULSIONAR UM NOVO CONTRATO SOCIAL NA EUROPA

**As eleições europeias de maio têm de ser encaradas, mais do que nunca, como uma “batalha entre a esperança e o medo”, sustentou António Costa, na convenção do Partido Socialista Europeu, que decorreu nos dias 22 e 23 de fevereiro, em Madrid.**

**ANTÓNIO COSTA** apelou à criação de um “novo contrato social” na Europa, que “dê esperança e abra novas oportunidades” aos jovens que nasceram no século XXI e que vão votar pela primeira vez nas eleições europeias de maio.

No encontro de Madrid, que se seguiu a outras reuniões de alto nível que o PES tem vindo a realizar em várias cidades europeias, tendo em vista a preparação da mensagem política da família socialista para as eleições, António Costa considerou as eleições europeias como decisivas, uma vez que, como salientou, se trata de “uma batalha entre a esperança e o medo”, um cenário que está a “impulsio-

nar o populismo” e a fazer crescer o “nacionalismo, o protecionismo e a dar força ao racismo”. Na sua intervenção, o líder socialista sustentou que, se estas eleições europeias “são sobre o futuro”, seria, contudo, um erro trágico se “esquecêssemos o passado”, recordando a este propósito o contributo decisivo que personalidades tão importantes como Mário Soares e Felipe Gonzalez deram para que a Europa fosse mais forte, solidária e socialmente mais coesa.

### O importante são os cidadãos

António Costa apelou ainda aos socialistas europeus para que se concentrem sobretudo no

combate às muitas carências que ainda se fazem sentir nas sociedades europeias, apelando, por isso, a uma maior concentração nas “necessidades dos cidadãos” de forma a combater, como referiu, as muitas desigualdades existentes, não só desigualdades de género, mas também ao nível “regional e sociais”, instando ainda para que os socialistas europeus avancem com políticas concretas e sustentadas capazes de “erradicar a pobreza na Europa”.

### Socialistas apelam ao voto para derrotar extremismos

Na convenção de Madrid, os dirigentes do PES fizeram ainda um

forte apelo conjunto ao voto, para que se trave o crescimento dos movimentos xenófobos, nacionalistas e extremistas na Europa.

O candidato dos socialistas à presidência da Comissão Europeia, Frans Timmermans, precisou que nestas eleições se estará a lutar “pela alma da Europa”, prometendo “otimismo e esperança” contra o medo que pregam os xenófobos e extremistas. “Estamos a jogar a Europa. Não é um exagero, é a verdade” referiu, acrescentando que “a última coisa que os nossos filhos merecem é que não haja ninguém para defender as conquistas que custaram tanto a conseguir”, referiu Timmermans, no que foi tam-

bém secundado pelo presidente do PES, Sergei Stanishev.

Os socialistas europeus foram unânimes na expressão da importância de a União Europeia se focar mais nas questões sociais e não apenas ou sobretudo nos aspetos económicos, defendendo, para tal, a necessidade de se fomentarem políticas de igualdade que promovam a criação de emprego de qualidade e sublinharam a importância de políticas fiscais mais justas.

A convenção do PES encerrou com a apresentação do manifesto “Um novo contrato social para a Europa”, documento com que os socialistas europeus se vão apresentar ao eleitorado nas eleições de maio. ■

## GOVERNAÇÃO DO PS EM PORTUGAL É EXEMPLO

**O cabeça de lista do PS às eleições europeias, Pedro Marques, participou na convenção do PES, onde propôs que o “novo contrato social” implementado em Portugal “possa ser implementado no resto da Europa”.**

“**ESTE NOVO** contrato social que implementámos no país é a nossa proposta” para o PES, disse Pedro Marques, manifestando o desejo de que o modelo de governação do Governo liderado por António Costa “possa ser implementado no resto da Europa”.

Pedro Marques salientou que ter as “contas certas foi um elemento essencial” para o sucesso da governação socialista e constituiu um “instrumento” para implementar outras medidas que se traduziram em menos desigualdade, mais empre-

go, melhores rendimentos para as famílias portuguesas.

“Esta agenda é um regresso aos valores básicos do socialismo democrático europeu: governar para as pessoas para transformar positivamente a vida das pessoas”, sublinhou. ■





## PORTUGAL NA LIDERANÇA DA EXECUÇÃO DE FUNDOS EUROPEUS

**A AGÊNCIA** para o Desenvolvimento e Coesão (AD&C), revela, no seu relatório de dezembro, que a Comissão Europeia já concretizou a transferência de mais de um quarto do montante global inscrito na programação do Portugal 2020, correspondendo a quase 7.500 milhões de euros e a uma taxa de execução de 28,7%. Portugal fecha assim o ano de 2018 na liderança da execução dos fundos europeus, entre os países com envelopes financeiros acima de 7 mil milhões, mais de seis pontos percentuais acima da média da União Europeia.

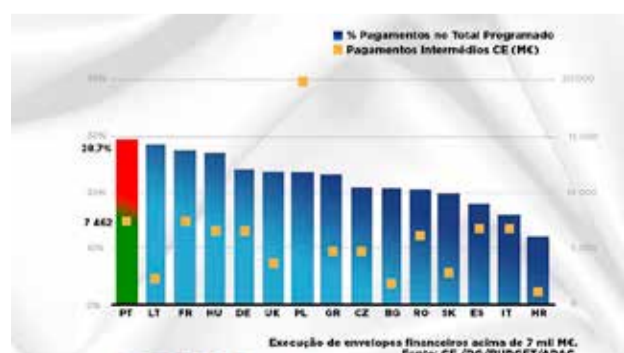
"Até final de dezembro de 2018, foram transferidos 7.462 ME para Portugal pela Comissão Europeia (CE), como resultado da execução das operações financiadas pelos fundos europeus afetos ao Portugal 2020", refere o boletim de dezembro da AD&C, salientando que "nenhum outro país com envelopes financeiros acima de 7 mil ME registou uma taxa tão elevada, mais de seis pontos percentuais acima da média da UE (22,2%)".

Os dados da AD&C confirmam, aliás, o que tinha sido já referido pelo ex-ministro responsável pela gestão dos fundos europeus, Pedro Marques, e pelo primeiro-ministro e líder socialista, António Costa, relativamente à execução do Portugal 2020.

"Nos países com programas financeiros comparáveis com o nosso, acima de 7 mil milhões de euros", sublinhou, na ocasião, Pedro Marques, "Portugal está no primeiro lugar a nível europeu na execução de fundos comunitários".

O cabeça de lista do PS ao Parlamento Europeu salientou, ainda, o reforço da ambição do país para o próximo quadro plurianual, numa referência às negociações conduzidas pelo Governo do PS, que permitiram já assegurar que a primeira proposta apresentada pela Comissão Europeia, longe "do acordo final que queremos mais ambicioso, é já melhor para Portugal do que o resultado final do anterior quadro".

No relatório de dezembro de 2018, a AD&C confirma também que o volume do montante global transferido pela Comissão Europeia para o nosso país, até final do ano transato, "é o segundo maior no conjunto dos Estados-membros", apenas abaixo da Polónia. ■



## RAZÕES PARA VOTAR PS NAS ELEIÇÕES EUROPEIAS

AUGUSTO SANTOS SILVA



**O** objetivo deste artigo é, a menos de um mês das eleições europeias, explicar as razões por que me parece muito importante votar nelas e, nelas, votar PS.

O voto no PS, reforçando em Estrasburgo o Grupo dos Socialistas e Democratas, é um voto na Europa e na integração europeia. Sem nenhuma ambiguidade, num momento em que se exige toda a clareza. É votar a favor dos que querem prosseguir o projeto europeu. É votar contra os que querem destruí-lo, e estão hoje no lado da extrema-direita nacionalista e populista, sem transigir com os que, vindos de outras paragens políticas, convergem no mesmo hipercriticismo sistemático de tudo o que é e faz a União Europeia.

Não é, todavia, apenas um voto na integração europeia; exprime uma maneira de entendê-la e praticá-la. É um voto na Europa social, ou seja, na ideia de que a Europa se define pela combinação entre a liberdade e a solidariedade. É afirmar que a forma mais eficaz de barrar o caminho aos que pretendem destruí-la é pôr as prioridades na ordem certa: se precisamos da moeda única e do mercado interno, de estabilidade financeira e de inovação competitiva, é para que haja mais emprego e mais rendimento e, portanto, melhores condições para a coesão nos nossos territórios e sociedades, para o combate às desigualdades e a promoção de oportunidades para todos.

O voto no PS é ainda, crucialmente, o apoio à política seguida pelo Governo português: apoio à sua opção fundamental de romper com a lógica austeritária e de contrapor-lhe uma política de estímulo ao emprego e ao investimento, de melhoria dos rendimentos e incremento dos níveis de proteção social. O alcance deste ponto é propriamente europeu – e, por isso, faz todo o sentido pô-lo bem no topo das questões em causa nestas eleições europeias. Como tantos reconhecem por esse mundo fora, a nossa governação demonstrou duas coisas essenciais e interligadas: que era possível conduzir uma política progressista, dirigida às pessoas e à economia real, no quadro da Zona Euro e das suas regras; e que era o cumprimento inteligente destas regras que, assegurando a credibilidade do Estado, a confiança dos agentes e o equilíbrio orçamental, tornava possível tal política. Nunca é demais enfatizar o significado da demonstração, por Portugal, de que os objetivos comuns podem ser alcançados de diversas maneiras, isto é, de que no projeto europeu cabem várias políticas alternativas, decididas não pelos mercados, mas pelos eleitores e os parlamentos.

E, como é justamente de alternativas que tratam as eleições, o voto no PS em 26 de maio quer também dizer que não nos esquecemos do que pretendia e pretende a direita. Não nos esquecemos de quem são, o que fizeram e o que pensam os seus candidatos, aliás repetentes: o seu programa e a sua prática foram "ir além da Troika"; o seu candidato à presidência da Comissão Europeia bateu-se pela aplicação de sanções a Portugal, em 2016;

“ Votar PS é votar pela Europa, uma Europa social, uma Europa capaz de se reformar. É escolher quem acredita num projeto europeu virado para o futuro e orientado para as pessoas ”

e eles próprios se empenharam até ao limite para que o Governo português fosse impedido por Bruxelas de ter o orçamento indispensável às medidas de reposição de rendimentos, aumento do salário mínimo e incremento dos mínimos sociais. Bem sei que agora procuram esconder tudo isto – e o seu vazio de ideias – com a invenção de casos e ataques insultuosos; mas é nossa obrigação desmascará-los.

Se o voto no PS é, assim, uma clara demarcação face à direita, não deixa de ser, ao mesmo tempo, uma demarcação face aos partidos situados à sua esquerda. Neste ponto fundamental: ao contrário do que eles sustentavam, o caminho não era incumprir as obrigações europeias, mas, pelo contrário, concretizá-las através de políticas públicas alternativas ao dogma austeritário. Votar no PS significa, portanto, apoiar a única linha política que conjuga, internamente, crescimento económico, igualdade social e equilíbrio orçamental e, externamente, capacidade de decisão nacional e assunção plena da condição de Estado-membro da União Europeia.

Nas próximas eleições, temos de dar toda a força à ideia de uma Europa do futuro, capaz de responder às dúvidas e anseios dos cidadãos, realizando políticas públicas que garantam melhor a liberdade, aumentem a segurança em todas as suas dimensões e permitam prosperidade partilhada por todos. Uma Europa unida nos seus valores democráticos e humanistas, aberta ao mundo, protagonista nas grandes agendas do nosso tempo, da transição energética às alterações climáticas, do desenvolvimento sustentável à regulação das migrações, do comércio justo à ordem internacional baseada em regras. Uma Europa capaz de reformar-se, completando a união monetária, promovendo a convergência económica e social entre países e regiões, defendendo a dignidade do trabalho e os direitos sociais. Uma Europa ciente da diversidade dos seus povos e nações, mas avessa aos nacionalismos e às divisões entre Norte e Sul ou Ocidente e Leste, a Europa do Estado de direito, em que todas as condições e todas as convicções se podem afirmar, no respeito pela lei e a justiça. Uma Europa que tenha aprendido as lições da crise, que se prepare adequadamente para eventuais choques futuros, que saiba pôr as finanças ao serviço da economia e a economia ao serviço dos cidadãos.

Todas são razões para participar na escolha dos deputados ao Parlamento Europeu. Para debater ideias, comparar programas, avaliar alternativas políticas. Por mim, creio que a melhor é a protagonizada pelos candidatos do Partido Socialista. Votar PS é votar pela Europa, uma Europa social, uma Europa capaz de se reformar. É também, crucialmente, premiar a experiência de uma governação que, em Portugal, demonstrou ser possível regressar ao caminho da normalidade constitucional, do crescimento, do emprego e da solidariedade, dentro e não fora da União Europeia e da Zona Euro. É, enfim, escolher quem acredita num projeto europeu virado para o futuro e orientado para as pessoas. ■

## CONFERÊNCIA DO GRUPO S&D EM LISBOA

# A EUROPA QUE QUEREMOS EXIGE UM COMBATE PELA CONFIANÇA E CONTRA O MEDO

Nenhum país por maior que seja “pode viver melhor fora da União Europeia”. Esta foi a tese ontem defendida pelo Secretário-geral do PS e primeiro-ministro, António Costa, na conferência do Grupo dos Socialistas e Democratas (S&D) do Parlamento Europeu, em parceria com a Fundação Res Publica, que se realizou no dia 8 de abril, em Lisboa.

**PARA** o primeiro-ministro e líder do PS, que intervinha na conferência ‘Bem Estar para Todos numa Europa Sustentável’, no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, por mais rico e desenvolvido que um país europeu possa ser, só muito dificilmente conseguirá alcançar melhores condições de vida “fora da União Europeia”, tese que o levou de seguida a pedir ao eleitorado europeu que aproveite o período da campanha eleitoral das europeias para empreender um “combate pela confiança e contra o medo”.

Reconhecendo que o caminho para uma Europa mais equitativa, justa e equilibrada continua a exigir da parte dos europeus um trabalho árduo e muito exigente, o líder do PS defendeu, contudo, que os problemas e dificuldades só muito dificilmente poderão ser mais bem resolvidos “fora da União Europeia ou sem a União

Europeia”.

António Costa referia-se, sobretudo, àqueles que “venderam o Brexit” como uma forma fácil e sem dor do Reino Unido recuperar uma dimensão global e que hoje, volvidos três anos, e ao contrário das promessas que fizeram, os cidadãos britânicos constataam a frustração em que se encontram, também por verificarem que está a ser mais fácil aos 27 Estados-membros construir uma posição negocial comum, em contraponto com o que se passa no seu próprio país.

Expondo a sua convicção de que nenhum dos verdadeiros problemas que angustiam os cidadãos europeus “estará em melhores condições de serem resolvidos fora ou sem a União Europeia”, o Secretário-geral do PS apelou a que se dê prioridade a “combater os medos e as angústias” dos cidadãos europeus, garantindo que



é o medo que está a “alimentar o populismo, enquanto a confiança é o que reforça a democracia”.

### Crescimento, emprego e sustentabilidade

Antes da intervenção de António Costa, foi apresentado o relatório da Comissão Independente para uma Igualdade Sustentável, que mereceu da parte do líder do PS rasgados elogios, lembrando que se trata de um documento que “retoma os pilares das teses sobre o contrato social que os socialistas europeus sempre defenderam” e que incluem, designadamente, medidas como a aposta no crescimento económico e no emprego, mas também na “sustentabilidade e na inovação”.

Um conjunto de medidas e de iniciativas que considerou serem muito positivas para inverter a lógica que tem vindo a ser se-

guida, um pouco por toda a Europa, de menosprezo e alheamento pela classe média, sustentando que “não há democracia sem uma classe média”, sendo que, na sua perspetiva, o desafio dos socialistas e trabalhistas europeus é provar à classe média que “continua a pertencer à nossa família política”.

### Retomar a dimensão social do projeto europeu

Nesta sessão, que reuniu em Lisboa os socialistas europeus, participou também o cabeça de lista do PS às europeias, Pedro Marques, que abordou igualmente a questão do ‘Brexit’, considerando ser muito importante perceber as razões que levaram os cidadãos britânicos a escolherem sair da União Europeia.

Para Pedro Marques, contudo, uma das causas para que este fenómeno tivesse sucedido tem

a ver com o facto de se terem abandonado “algures” durante a construção europeia, “aspectos importantes da dimensão social”, designadamente, como referiu, “em relação às principais preocupações da classe média”, considerando ter sido esta uma das causas próximas que está na origem de se constatar hoje na Europa o crescimento “fértil dos extremismos e dos nacionalismos”. Pedro Marques referiu ainda que o exemplo do Governo socialista em Portugal demonstrou à Europa que afinal havia uma alternativa à política de austeridade e que era possível “conciliar a recuperação de rendimentos com o crescimento económico, criação de emprego e contas certas”, garantindo que são estas políticas que “implantámos em Portugal e que queremos levar e defender para a Europa”.

■ RUI SOLANO DE ALMEIDA

## PEDRO MARQUES

# RANGEL DEVE EXPLICAÇÃO AOS PORTUGUESES SOBRE O ABSENTISMO E O POUCO TRABALHO QUE PRODUZIU EM BRUXELAS

**O CABEÇA DE LISTA** do PS às eleições europeias, Pedro Marques, lançou o desafio ao cabeça de lista do PSD, Paulo Rangel, para que esclareça os eleitores portugueses “porque é que faltou tanto” e “produziu tão pouco trabalho” enquanto deputado no Parlamento Europeu.

Falando à margem da conferência do grupo dos Socialistas e Democratas (S&D) do Par-

lamento Europeu (PE), Pedro Marques lembrou que o candidato e atual eurodeputado do PSD ainda não soube responder às questões colocadas, de elementar prestação de contas aos portugueses.

Faltou a uma em cada cinco votações neste mandato e fez um relatório legislativo em todo o tempo deste mandato”, assinalou, lembrando que o cabeça de



lista do PSD “é um dos mais falto- sos no Parlamento Europeu, ocupando o lugar 641 em 751”

eurodeputados nesse critério. “Tem de explicar porque é que trabalhou tão pouco, porque é

que faltou tanto e porque é que, ao mesmo tempo, trabalhou tanto no setor privado”, desafiou o candidato socialista, considerando que, se o PSD recandidata pela terceira vez Paulo Rangel, este “tem obrigação de prestar contas aos portugueses pelo trabalho que efetuou ou, neste caso, não efetuou”.

Pedro Marques lembrou que esta é uma questão concreta que interessa aos eleitores portugueses, para que possam exercer um direito informado de avaliar os seus representantes em Bruxelas.

“É isso que os portugueses esperam de cada deputado: trabalho concreto, relatórios legislativos e, já agora, presença nas votações”, concluiu. ■



## 46º ANIVERSÁRIO COM GRANDE MOBILIZAÇÃO DAR FORÇA AO FUTURO DO PAÍS COMEÇA AGORA DANDO FORÇA AO PS NAS EUROPEIAS

É preciso dar força ao PS “já e agora” porque a vitória nas eleições legislativas começa a 26 de maio com as eleições europeias, defendeu ontem António Costa, durante o jantar/comício que assinalou o 46º aniversário do PS.

**AS ELEIÇÕES** europeias “são tão decisivas como foram as autárquicas de há dois anos, são tão decisivas como as legislativas de outubro”.

No discurso proferido durante o jantar comemorativo do 46º aniversário do Partido Socialista, António Costa referiu que alguns setores da oposição ao PS tentam passar a ideia de que as eleições a 26 de maio “são só europeias”.

“Convém que ninguém seja ingénuo. Eu sei bem, todos nós sabemos bem, o que é que eles desejam destas eleições europeias”, alertou.

Perante os socialistas que encheram o Centro de Congressos de Lisboa, António Costa avançou que o objetivo desses opositores “é enfraquecer o Governo do PS, impedir que se prossiga o cumprimento do programa (de governação do país)”.

“Eles sabem bem que uma grande vitória em outubro começa agora com uma grande vitória

já no próximo dia 26 de maio”, afirmou.

António Costa salientou a importância das eleições europeias e apelou à mobilização dos militantes e simpatizantes socialistas.

“Peço a todos e a todas que nos mobilizemos mesmo a sério, porque estas eleições europeias são tão decisivas como foram as autárquicas de há dois anos, são tão decisivas como as legislativas de outubro”, sublinhou.

Neste quadro, “precisamos de dar força ao PS já e agora nas europeias e não apenas quando chegarmos a setembro e formos à Madeira ganhar pela primeira vez essas eleições regionais. Dar força ao PS não é só em outubro quando ganharmos as eleições legislativas”, afirmou António Costa.

A vitória do PS nas eleições europeias é “essencial, porque é preciso dar força” à família socialista europeia de modo a implementar um novo contrato

social na Europa e concluir a reforma da zona euro e negociar as perspetivas financeiras da União Europeia.

“Temos de garantir uma capacidade orçamental efetiva na zona euro, que financie os investimentos necessários para melhorar a produtividade, o nosso potencial de crescimento e a competitividade da economia portuguesa. Para ganharmos

essa negociação, temos de ter um PS forte”, afirmou António Costa.

“Se queremos defender o segundo pilar da política agrícola, se queremos evitar cortes na política de coesão, temos de ter um Governo forte e um PS forte. Para isso, é preciso o vosso voto nas eleições europeias”, referiu o Secretário-geral socialista.

### Homenagem a Alberto Martins

O jantar/comício serviu, também, para homenagear Alberto Martins, pelo papel desempenhado no curso da história, quando se assinalam os 50 anos da Crise Académica de 1969.

A antigo ministro e ex-líder parlamentar socialista começou a sua intervenção por agradecer a homenagem ao Secretário-geral, António Costa, e ao Presidente PS, Carlos César, tendo ainda enviado um “cumprimento muito especial aos fundadores do

nosso partido e um cumprimento também particular aos jovens socialistas, que são o futuro do nosso partido”.

Alberto Martins considerou que este gesto da direção do PS é “uma homenagem à minha geração, à geração que em 1969 se levantou contra a ditadura”, acrescentando que “é também uma homenagem às sucessivas gerações de estudantes universitários que ao longo dos tempos lutaram contra a ditadura”, disse. O antigo líder dos estudantes de Coimbra recordou que “os jovens de então deram a volta ao destino. E, por isso, a luta de 1969, em Coimbra, foi um afluente do grande rio da história que passou pelo 25 de Abril. Tal como o Partido Socialista foi um grande afluente do rio da história que passou pelo 25 de Abril.”, salientou antigo dirigente socialista.

“E nós, socialistas, orgulhamo-nos de sermos o partido fundador da democracia”, declarou.

■ **JOÃO QUINTAS**

## CARLOS CÉSAR DESTACA CAPACIDADE DE RENOVAÇÃO

**O LÍDER** parlamentar do PS, Carlos César, sublinhou o papel desempenhado pelos quadros mais jovens do partido e defendeu uma atitude de “constante renovação” de ideias e pessoas ao nível partidário. Discursando no jantar do 46º aniversário do Partido Socialista, o presidente da bancada socialista frisou ainda as políticas acertadas do Governo socialista.

Carlos César começou a sua intervenção a defender que os portugueses “ganharam” com o

Governo do PS nos últimos três anos e meio, razão pela qual “é altura de pedir aos eleitores, com humildade e sentido de responsabilidade, confiança no PS para uma vitória merecida nas europeias e uma grande vitória nas eleições legislativas no final do ano”.

O também presidente do partido saudou os fundadores do PS presentes no jantar, incluindo o antigo Chefe de Estado Jorge Sampaio, um “exemplo de retidão”, e referiu-se aos membros mais



novos do partido, introduzindo um comentário irónico dirigido ao ex-Presidente da República Aníbal Cavaco Silva, que admitiu que a idade da reforma supere os 80 anos a médio prazo.

“O PS faz 46 anos, o que para o tutor do PSD, Cavaco Sil-

va, só teria chegado a meia idade da reforma. Com 46 anos, pode dizer-se que o PS está na flor da idade, tem a experiência suficiente, tem um percurso de grandes feitos na sociedade, tem energia, boa saúde e uma boa cabeça à

sua frente”, apontou.

O Partido Socialista tem também “uma juventude e uma capacidade de renovação que é garantia do seu futuro e do papel central que desempenhará na vida portuguesa”, garantiu.

“O PS deve ser um partido mais aberto, mais participado, mais integrador da sociedade portuguesa e das aspirações dos portugueses, vivam eles no norte, no sul, no interior, litoral ou regiões insulares. O PS deve ser um partido em constante renovação – renovação de ideias e de pessoas. Deve ser um partido mais atento ao que aflige as famílias do nosso país – ainda há muito por fazer”, defendeu o líder parlamentar socialista.

■ **CATARINA CORREIA**

## MENSAGEM DE ANTÓNIO COSTA

# DAR FORÇA AO PS, A PORTUGAL, À EUROPA



**EM 6 DE JUNHO DE 2014**, na minha declaração de candidatura a Secretário-geral do PS, afirmei:

*“É claro que parte importante da solução dos nossos problemas exige uma mudança na Europa. Mas esta constatação só significa que precisamos de um governo que não abdique de contribuir para essa mudança e que se bata pela defesa dos interesses nacionais.*

*Somos europeístas, mas não podemos ser euro ingénuos. É necessário corrigir as deficiências que a crise evidenciou da união monetária, compensar os efeitos assimétricos que o euro tem nas diferentes economias, recuperar os danos sociais e económicos provocados pelo ajustamento, **encontrar um novo equilíbrio na gestão dos nossos compromissos que favoreça o crescimento sustentável, a criação de emprego, o controlo do défice e a redução da dívida.***

*Numa negociação a 28 é difícil prometer resultados, sem o risco de desiludir. Mas é necessário que haja clareza sobre o que queremos e compromisso sobre a atitude construtiva, determinada e patriótica com que **defenderemos o interesse nacional, como parceiros leais, iguais entre iguais e nunca, nunca mais, subservientes.***

***Não dependemos só de nós, mas não podemos adiar o que só depende de nós.”***

Durante estes anos de governação tenho cumprido, dia a dia, este compromisso de romper com um ciclo de triste subserviência, para afirmar Portugal na União Europeia, como um parceiro leal, mas ativo, que se assume igual entre iguais. Das migrações à reforma da zona euro, **Portugal tem estado sempre empenhado na primeira linha nos grandes debates europeus.**

Como António Guterres demonstrou há mais de 20 anos, a melhor forma de defender os nossos interesses específicos é sermos reconhecidos pela defesa que fazemos dos interesses gerais da União Europeia.

Por isso, não nos limitámos a uma “agenda nacional”, na luta contra as sanções, na defesa de uma maior fatia no bolo dos fundos comunitários ou sequer na urgente conclusão da reforma da zona Euro.

Agora que se inicia a campanha eleitoral e todos felizmente se pronunciam sobre a Europa, gostaria de recordar por ordem cronológica um conjunto de intervenções públicas que ao longo destes anos fui fa-

zendo sobre o projeto europeu. Na abertura do ano letivo 17/18 do Colégio da Europa, em Bruges, no Comité das Regiões, no Parlamento Europeu, na Assembleia da República, em seminários técnicos ou convenções partidárias.

Do conjunto destas intervenções, creio poder sintetizar 4 ideias-força:

1. Das alterações climáticas ao terrorismo, **nenhum dos grandes desafios globais que enfrentamos pode ser mais bem enfrentado e resolvido fora ou sem a União Europeia**, por maior, mais forte ou rico que seja qualquer Estado-membro.
2. Para combater o populismo, o nacionalismo, o isolacionismo, o protecionismo, **precisamos de dar respostas concretas aos medos, angústias e receios que minam a confiança** dos cidadãos no projeto europeu como garante do seu próprio futuro e do futuro das novas gerações.
3. **Precisamos de uma União que lidere a transição energética** para enfrentar as alterações climáticas; que tenha uma política comercial **que defenda o nosso modelo social**, promovendo a globalização dos elevados padrões sociais, ambientais e de segurança alimentar que queremos preservar; **que desenvolva o Pilar Social**, garantindo o acesso a melhor educação, trabalho digno, formação ao longo da vida, proteção social; que promova o combate às desigualdades e a erradicação da pobreza; **que invista na cultura e na ciência**, bases da sociedade do conhecimento, da transição para a sociedade digital e da inovação, motor do desenvolvimento; **que seja mais coesa internamente e mais competitiva externamente**; que garanta a paz face à instabilidade na fronteira externa e a segurança interna contra a ameaça terrorista; **que tenha uma política migratória integrada e solidária**; que veja **África como o nosso parceiro estratégico** do século XXI.
4. Para responder aos novos desafios e desenvolver novas políticas, a União tem de **(a) reformar a zona euro**, promovendo a convergência entre as diferentes economias, de modo a consolidar de modo sustentável o projeto mais ambicioso que já desenvolveu, e **(b) dotar-se dos recursos financeiros** à medida da sua acrescida ambição, sem sacrificar políticas que são suas marcas identitárias como a

Coesão ou a PAC, de modo a **não frustrar os cidadãos**, prometendo de mais e realizando de menos.

Claro que estas intervenções não esgotam as muitas iniciativas diplomáticas, reuniões de trabalho, encontros formais ou informais, bilaterais ou multilaterais, em que intervim, nem outras intervenções públicas, como as que tive no quadro dos Encontros com os Cidadãos, em que participei com Angela Merkel, Emmanuel Macron, Pierre Moscovici, Carlos Moedas ou Mark Rutte, aquando das suas visitas a Portugal.

Nem, obviamente, a ação do Governo se limita à minha atividade, antes envolvendo todos os seus membros, com natural destaque para a equipa do MNE e o papel fundamental hoje desempenhado por Mário Centeno como presidente do eurogrupo.

Partimos para esta campanha com a responsabilidade de o PS ser, desde sempre e em todas as circunstâncias, o maior defensor do projeto europeu em Portugal, de ter sido quem melhor o concretizou no nosso país, do pedido de adesão à entrada no euro, e dos nossos Governos terem sido os que mais contribuíram para influenciar a construção da União Europeia, culminando com a conclusão do Tratado de Lisboa.

**Partimos com a ambição de nos batermos por uma visão progressista da UE** e um Manifesto preparado com a sociedade civil em 7 Convenções Regionais, e aprovado na nossa Convenção Nacional, em perfeita sintonia com o Novo Contrato Social para a Europa, que o Partido Socialista Europeu apresenta e em cuja elaboração participámos ativamente.

E partimos também com **a confiança de termos uma excelente lista, renovada, paritária, rejuvenescida, representativa de todas as regiões** – com o merecido destaque para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira – que reúne candidatos com sólida experiência política e candidatos que nos abrem à sociedade, militantes do PS ou independentes, e encabeçada por Pedro Marques que, ao longo da sua vida, como Autarca, Deputado, Secretário de Estado, Ministro, adquiriu um profundo conhecimento do país, do seu território, das suas carências sociais, dando provas de sólida competência técnica e política.

Partimos por isso para esta campanha com **a responsabilidade, a ambição e a confiança** de lutarmos por uma grande vitória que dê força ao PS, a Portugal e à Europa. ■